

A argumentação na Antigüidade

Esther Gomes de **OLIVEIRA**
Universidade Estadual de Londrina

Palavras-chave: argumentação, retórica, linguagem

Resumo: Este artigo traça um panorama histórico da argumentação para evidenciar o modo pelo qual a retórica, como procedimento argumentativo e como arte, já desde a Antigüidade, tem a capacidade de colaborar na ordenação do pensamento. Ressalta-se a importância de mostrar o início do longo caminho percorrido pela argumentação cujos pressupostos continuam tão vivos quanto atuais.

Abstract: This article traces back the history of argumentation in order to evidence the way in which Rethorics, as an argumentative procedure and as an art, since the Old Times, has the capacity to collaborate in ordering thought. It highlights the importance of showing the beginning of the long way argumentation has gone through and whose presuppositions are still in use and considered update.

Resumen: Este artículo traza un panorama histórico de la argumentación para indicar el modo por el cual la retórica, como procedimiento argumentativo y como arte, ya desde la antigüedad, tiene la capacidad de colaborar en la ordenación del pensamiento. Se resalta la importancia de demostrar el inicio del largo camino recorrido por la argumentación, cuyos presupuestos continúan tan vivos cuanto actuales.

“Pois de que serviria a obra do orador, se o pensamento dele se revelasse de per si, e não pelo discurso?”
(Aristóteles, 1984, p. 258.)

O lingüista francês Christian Plantin, diretor de pesquisas no CNRS, inicia o primeiro capítulo de sua obra *L'argumentation - Ce que l'argumentation doit aux sophistes* – lembrando que todas as ciências humanas têm seus mitos fundadores. Os que são ligados à argumentação figuram entre os mais antigos, uma vez que remontam ao século V antes de Cristo. Menciona o autor que relatos dão conta de estar, naquela época, a Sicília governada por dois tiranos que haviam expropriado as terras dos habitantes locais para entregá-las aos seus soldados. Esses proprietários, na condição de prejudicados, reclamaram de volta suas terras por meio de uma infinidade de processos que se estenderam por longo tempo. Foram essas as circunstâncias sob as quais Córax e Tísias compuseram o primeiro “método de argumentação” para convencer um tribunal; na realidade um “tratado” de argumentação.

A arte da retórica ou a arte da oratória é, portanto, um estudo que teve, nesses dois sicilianos os fundadores das regras forenses. São eles considerados os primeiros retores, profissionais responsáveis pelo ensino da retórica (ou oratória) aos cidadãos gregos com o intuito de mostrar-lhes como poderiam defender seus direitos em assembléias. Os primeiros advogados não representavam seus clientes na tribuna, o que faziam era preparar seus discursos ou escrevê-los inteiramente, com o objetivo de fazer com que seus clientes os decorassem para realizar uma perfeita exposição e, dessa forma, ganhar a causa.

Na segunda metade do século V a. C., em Atenas, um grupo de filósofos, portadores de um saber enciclopédico, iniciou o segundo momento da história da filosofia grega: o período socrático ou antropológico. Os sofistas, como eram chamados, pretendiam substituir a tradicional educação grega, destinada a formar guerreiros e atletas, por

um novo processo de ensino, preocupado em formar um cidadão ateniense, mais crítico, com o objetivo de, habilmente, exercer seu papel na democracia grega através do poder das palavras.

Essa técnica, considerada um valioso instrumento social e político, desenvolvia a capacidade de argumentar numa atividade crítica, valorizando a eloquência. Antes dos sofistas (período pré-socrático), o centro dos estudos era o cosmos, o “mundo”, o filósofo era um intelectual que meditava solitariamente ou, às vezes, dialogava. Com os sofistas, o filósofo começa a discutir, ampla e calorosamente, as suas preocupações que ganharam uma nova essência: o homem e a sociedade.

Para os sofistas, todo esforço intelectual tinha por objetivo vencer um adversário, ganhar uma causa judicial, convencer um auditório, enfim, a meta era o êxito. O essencial para eles não era buscar os fundamentos da argumentação dentro de uma investigação sistemática, e sim, dotar o cidadão-aluno de recursos retóricos que deveriam ser utilizados, em qualquer situação, da maneira mais persuasiva possível. Talvez por isso tenham sido chamados de mercadores de falsidades. Observe-se:

Ao que vemos, pois, o que traz o sofista é uma falsa aparência de ciência universal, mas não a realidade. [...] E, para voltar ao sofista, diga-me: já está claro que se trata de um mágico que somente sabe imitar as realidades ou guardamos ainda alguma veleidade acreditando que, de fato e realmente, ele tem a ciência de todos os assuntos aos quais parece capaz de contradizer? (Platão, 1983, p. 151-152)

Górgias (487 a.C. - 380 a.C.), orador grego também nascido na Sicília, é considerado o pai do estilo sofista. Estabeleceu-se em Atenas como professor de retórica e foi imortalizado por Platão no diálogo Górgias em que Sócrates discute com ele e outros a problemática da retórica. Górgias introduziu, na retórica, uma perspectiva artística, desenvolvendo ritmos poéticos, antíteses, paralelismos e outras simetrias,

concebia a linguagem como força persuasiva, pois nos tribunais precisava-se de uma técnica que habilitasse o cidadão a impressionar e a convencer seus ouvintes, fazendo a defesa e a promoção de seus interesses de maneira eficaz e convincente.

A arte retórica ou arte da palavra tornam-se, desse modo, a arte suprema. Tratava-se da capacidade de argumentar, desenvolvia-se a criticidade e obtinham-se decisões importantes nos campos da política e do direito. O trabalho dos sofistas colaborou para o desenvolvimento da retórica, pois em pouco tempo, já se apresentavam três situações diferentes de eloquência que vieram a delinear três gêneros de discurso: o forense, o político e o epidítico.

Isócrates (436 - 338 a.C.), orador ateniense que pregou a união de todos os gregos contra a Pérsia, elaborou discursos que são um modelo da eloquência ática, contribuindo, de forma marcante, para o desenvolvimento da retórica, era professor da disciplina e publicou uma obra vastíssima em forma de discursos. Concebeu uma doutrina sobre o estilo, que ensinava e exemplificava em seus discursos escritos, salientando a importância do ritmo e de períodos longos. Isócrates considerava a retórica não apenas um conjunto de regras e processos, mas sim o cultivo salutar dos discursos em que se envolviam virtudes e idéias. Abordou, com todo o aparato retórico que lhe era peculiar, questões polêmicas da época: a hegemonia entre os gregos, o preço do pan-helenismo, o desafio macedônico, o confronto das constituições, as opções educacionais. Em 392 a. C., fundou em Atenas uma escola de oratória que atraiu muitos alunos e se tornou famosa. Criou o ensaio retórico e influenciou prosadores e oradores, entre os quais Cícero e Milton.

No século IV a. C., a controvérsia política entre Atenas e Macedônia provocou grande desenvolvimento da oratória e dois expoentes se sobressaíram: Licurgo (396-324 a. C.) foi político e orador ateniense. De sua obra, restou apenas um patriótico trabalho intitulado *Contra Leócrates*. Demóstenes (384-323 a. C.), político e orador ateniense que, com estudo

e tenacidade, conseguiu superar suas deficiências físicas (tinha dificuldade para pronunciar as palavras), adquiriu um grande talento na arte da oratória. Foi um ferrenho adversário de Filipe da Macedônia, expôs aos atenienses o perigo iminente, e quando o rei macedônico transformou-se em soberano absoluto da Grécia, Demóstenes pronunciou contra ele as *Filípicas* e as *Olintíacas*.

Demóstenes é considerado o príncipe dos oradores da Antigüidade, sua oratória é um misto de concisão e pureza. Seus discursos podem ser classificados em três tipos: a) para causas privadas: eram os textos jurídicos, curtos e simples, declamados pelos clientes, mostrando um Demóstenes magnífico e convincente; b) para causas públicas: eram os discursos políticos e jurídicos simultaneamente, caracterizados pela violência; c) para a assembléia: eram puramente políticos e representavam os ideais do autor contra a aliança com a Macedônia. De sua vasta obra, restam 61 discursos, 65 exórdios e 6 cartas, que foram dirigidas ao povo ateniense durante o seu exílio.

Aristóteles (383-322 a. C.), discípulo de Platão e preceptor de Alexandre Magno, foi o primeiro historiador e sistematizador do pensamento grego e a sua *Tékne Rhetorike* (Arte Retórica) apresenta, como qualidades imprescindíveis para uma argumentação exemplar, a clareza e a adequação dos meios de expressão ao assunto e ao momento do discurso.

O filósofo estagirita define a retórica como a faculdade de descobrir especulativamente o que, em cada caso, é apropriado ao objetivo de persuadir. Nenhuma outra arte tem essa função. Destinam-se, cada uma em seu domínio, mais ao ensino e à persuasão específica. A medicina, por exemplo, expõe argumentos sobre estados de saúde, a aritmética trata dos números, e assim por diante. A retórica, por outro lado, parece ser a faculdade de descobrir em cada informação e em cada dado, o que tem de persuasivo. Isso permite afirmar que não pertence a um gênero próprio e distinto.

Aristóteles admite que cada um dos ramos do conhecimento é responsável por características próprias ao ensino e à persuasão, mas é a retórica a única faculdade que está totalmente imbuída pela própria persuasão, mesmo não tendo o caráter exclusivo de um gênero discursivo. Para ele, a persuasão está ligada, principalmente, a três provas técnicas da retórica: a) o caráter do orador; b) as disposições em que se colocam os ouvintes; c) o próprio discurso, uma vez que funciona demonstrando ou parecendo demonstrar. (1967, p. 1356^a)

Quanto ao primeiro elemento da tríade acima, o caráter do orador precisa revestir-se da maior credibilidade possível, pois deve ser alcançada pelo desempenho do próprio orador, e não pelo conteúdo em si, ou seja, necessita tornar-se crível qualquer argumento para que se possa persuadir, satisfatoriamente, os ouvintes. Portanto, o fio condutor da retórica não é a persuasão em si mesma, mas o completo discernimento sobre os meandros dos argumentos, por meio de processos eficazes destinados à descoberta e ao entendimento desses *meandros* da linguagem.

Aristóteles distinguia três gêneros de discurso, qualificados de acordo com o seu objetivo e o seu respectivo auditório: gênero judiciário ou forense; gênero deliberativo ou político; gênero epidítico ou panegírico

No *gênero judiciário* (ou forense), os partidos tinham como objetivo a acusação ou a defesa de alguém frente a um tribunal, aplicando um vastíssimo elenco de regras; tentava-se “destruir os argumentos contrários, tendo que combater a parte oposta, ou seja, a tese proposta e apresentar provas técnicas (criadas no discurso e dependentes da retórica), além das extra-técnicas preexistentes ao discurso (leis, testemunhas, etc.)” (Mosca, 1997, p. 31)

No *gênero deliberativo* (ou político), os partidos tinham como objetivo aconselhar ou desaconselhar alguma atitude ou ação diante de uma assembleia votante; resolviam problemas relacionados ao povo e à administração das cidades, procurando mostrar a fiel aplicabilidade das leis e do tesouro público. Era, portanto, o discurso político na assembleia

popular ou no senado; posteriormente, transformou-se em exercício escolar.

No *gênero epidítico* (ou panegírico ou cerimonial), os partidos tinham o objetivo de louvar ou censurar alguém, sendo esta a principal meta a ser alcançada, sem ter a participação explícita do auditório. Foi o gênero que conseguiu maior prestígio, abrangendo variados campos:

- louvor aos deuses
- louvor aos homens
- louvor aos soberanos
- oração fúnebre
- o epitalâmio
- o discurso de aniversário
- o discurso de consolação
- o discurso de saudação
- o discurso de felicitação

Devido ao seu caráter laudatório, “o epidítico é o terreno privilegiado dos encontros entre retórica e poética.” (Varga, 1998, p. 84) e “acreditamos que os discursos epidíticos constituem uma parte central da arte de persuadir, e a incompreensão manifestada a seu respeito resulta de uma concepção errônea dos efeitos da argumentação.” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 54)

A elaboração de um discurso pode ser dividida em cinco partes:

1. a inventio (invenção)
2. a dispositio (disposição)
3. a elocutio (elocução)
4. a memoria (memorização)
5. a actio (ação)

A *inventio* é o ato de encontrar argumentos adequados à matéria, de acordo com os interesses da parte representada. É o conteúdo, o material que serve para comprovar os objetivos, é a descoberta de pensamentos apropriados para a demonstração da matéria do discurso, é um processo criador que consiste em desenvolver as idéias necessárias para nortear um discurso. Plantin (1996) dá o nome de “etapa argumentativa” a essa parte do discurso, em que “se pesquisam os argumentos pertinentes durante o exame de uma causa”. (p. 9).

A *dispositio* é a escolha e a ordenação dos argumentos, das formulações lingüísticas, das palavras, das formas artísticas para o discurso, sempre visando à persuasão; é a organização textual, é a estruturação das partes que compõem um determinado texto:

- | | | |
|--|---|-----------------|
| • exórdio ou introdução | → | início do texto |
| • proposição ou narração
(parte instrutiva) | | |
| • argumentação
(parte probatória) | → | meio do texto |
| • peroração ou epílogo | → | final do texto |

A *elocutio* é a forma de expor os argumentos ou as provas (a *inventio*), de maneira mais clara e impressionante para alcançar o objetivo do discurso, é a expressão lingüística do pensamento, é a exposição adequada e correta dos raciocínios dentro de um encadeamento satisfatório. Para Plantin (1996) é a “etapa lingüística”, a argumentação colocada através de palavras e frases. “Fornece-se ao esqueleto argumentativo, musculatura lingüística”. (p. 9).

A *memoria* é o registro do discurso, é a técnica de reter as informações necessárias para o desenvolvimento dos argumentos. Segundo Mosca (1997), as três partes fundamentais do discurso - a disposição, a invenção e a elocução - são imprescindíveis para que se possa ter o texto disponível na memória, que permite também a improvisação.

A *actio* é o ato da enunciação oral do discurso, englobando recursos vocais como pausa, entonação, ritmo e mímica necessária; é o lugar apropriado para colocar o fator emocional, uma vez que esse fator vai ser de grande influência para a persuasão do ouvinte. Conforme Plantin (1996): “Pela memorização e pela ação, o trabalho do orador torna-se semelhante ao do ator”. (p. 9)

A decadência da Grécia, ao passar para o controle de Roma, e a fundação de grandes cidades como Alexandria e Rodes foram os principais acontecimentos que promoveram a mudança do eixo cultural de Atenas para Roma. O cidadão grego, sem a sua liberdade política, volta-se para si mesmo, transformando a retórica em uma importante matéria curricular, com processos forenses simulados. No início do século II a.C., os retóricos gregos chegaram a Roma, dedicando-se ao ensino e estimulando a arte oratória. Mas é no século I a.C. que aparece a obra *De Inventione* (Sobre a Invenção), um dos mais antigos manuais de retórica em latim, escrito por Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) e, também, a sua obra definitiva *De Oratore* (Sobre o Orador).

Conforme Peterlini (1997), os romanos não tinham muito interesse, a princípio, pela arte da oratória, mas estavam cientes do grande poder que envolvia a palavra, tanto que Cícero demonstra tal fascínio e grandeza na seguinte passagem do *De Oratore*:

Certamente, disse (Crasso), nada me parece melhor do que conseguir, falando, prender as assembléias dos homens, seduzir as mentes, impulsionar as vontades para onde se queira, fazê-las sair de onde se deseje. Isso foi o que sempre e acima de tudo floresceu e dominou em todo povo livre e principalmente nas cidades pacíficas. O que existe de tão admirável como erguer-se, de uma imensa multidão, um homem que pode fazer, sozinho ou quase só, aquilo que a todos foi dado pela natureza; ou o que há de tão agradável para ser conhecido e ouvido como um discurso elegante e ornado pela sabedoria dos pensamentos e pela nobreza

das palavras; ou o que há tão poderoso e magnífico como mudar, pelo discurso de um só, as paixões de um povo, os escrúpulos dos juízes, a firmeza do senado? (p. 122).

Além de orador, Cícero foi um político muito hábil e, ao denunciar a conspiração de Lúcio Sérgio Catilina (109-62 a.C.) contra o senado, juntamente com seus cúmplices, escreveu quatro orações, até hoje famosas: as *Catilinárias*. Ainda segundo Peterlini, Cícero foi designado edil em 70 a.C. e conseguiu a acusação de um antigo pretor da Sicília, de nome Verres, “larápiao descarado que chegou a mandar aparar a barba de ouro das estátuas dos deuses na época do calor.” Com cinco contundentes discursos, intitulados as *Verrinas*, Cícero fez com que Verres partisse para o exílio. É considerada a obra-prima do autor dentro do gênero. (1997, p. 133).

Cícero levou a oratória latina ao apogeu com os seus discursos que serviram de modelo para toda a retórica romana posterior. Toda atividade literária da época foi fundamentada na retórica, o que ensejou a evolução da oratória nos três tipos de discurso: o judiciário, o deliberativo e o epidítico. Por volta de 85 a.C., surgiu a *Rhetorica ad Herennium*, a mais antiga obra de retórica em latim, inspirada em Aristóteles e cuja autoria, até hoje incerta, deve-se, provavelmente, a Cornifício; serviu de embasamento para os estudiosos da Idade Média.

Os romanos, mais precisamente o poeta Ovídio (43 a.C. – 18 d.C.), introduziram um outro campo à Retórica: a poesia latina, de um lado caracterizada por uma estética suave e refinada; e por outro, as tragédias de Sêneca, por exemplo, repletas de efeitos tensos. Também na obra do poeta Estácio (45-96) houve uma forte presença da retórica: nas orações nupciais, nos discursos fúnebres e na descrição de obras arquitetônicas.

O orador latino Quintiliano (20-100), por volta do ano de 95, publica a obra *Institutio Oratoria* (*Tratado sobre a Oratória*), em que expõe suas idéias sobre temas educacionais e a virtude da oratória. Segundo Curtius (1996, p. 104):

Para Quintiliano, o homem ideal só pode ser o orador. Só ao homem concedeu o Deus supremo e formador dos mundos o privilégio da fala. A oratória está, pois, muito acima da astronomia, da matemática e de outras ciências. Mas o homem perfeito deve, necessariamente, ser bom.

Quintiliano propôs a imitação de Cícero, cultivou um interesse especial pela oratória, tornando-se um dos maiores representantes da retórica clássica. Sua obra não é um manual, é um tratado sobre o processo educacional, mostra uma extraordinária capacidade de síntese, conseguindo organizar e explicar com clareza os inúmeros textos de sua obra.

Sua concepção totalitária da retórica, arte da linguagem na confluência do pensamento com a ação, que é, em síntese, uma arte de viver, leva-o a integrar à exposição técnica tudo o que podia constituir a cultura de um romano de seu tempo.” (Desbordes, 1995, p. 65)

Quintiliano dividia a gramática em três partes: a ciência do bem falar, a interpretação dos poetas e a arte de escrever que, na escola, são os exercícios de composição literária. Devido a esse método, desde o Império Romano até a Revolução Francesa, toda a arte literária repousa sobre a retórica escolar.

No século III, a cultura romana foi abalada por uma crise econômica, social e política. A nobreza de Roma está em decadência, esgota-se o apogeu do grande Império e este começa a estremecer. Tudo o que se segue já começa a referir-se à Idade Média, época em que a oratória passa a esconder-se nos manuais escolares. “Seu destino já não é determinado por uma evolução histórica viva. Mostra sintomas de degenerescência, perda de substância, atrofia. Não se pode por isso apresentá-la num quadro uniforme nos primeiros séculos da Idade Média.” (Curtius, 1996, p. 100)

Estudos de argumentação não podem prescindir do conhecimento de tudo o que já se encontra conquistado. O registro histórico é uma

alternativa sempre útil a todos quantos se interessam pelo assunto ao demonstrar detalhes de concepção tão vivos quanto aplicáveis às práticas de estudo individual, de ensino e de aprendizagem nos dias atuais.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Rbétorique*. Edição bilíngüe (grego-francês). Texto estabelecido e traduzido por Médéric Dufour. 3. ed. Paris: Les Belles Lettres, Tomo I (Livro I) e II (Livro II), 1967.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Tradução Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1996.

DESBORDES, Françoise. *Concepções sobre a Escrita na Roma Antiga*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ática, 1995.

MATTOSO CAMARA, Joaquim. *História da Lingüística*. Tradução brasileira de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas: convergência e desdobramentos. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador, (Org.) *Retóricas de Ontem e de Hoje*. São Paulo: Humanitas Editora FFLCH/USP, 1997.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PETERLINI, Ariovaldo. A Retórica na Tradição Latina. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador, (Org.) *Retóricas de Ontem e Hoje*. São Paulo: Humanitas Editora FFLCH/USP, 1997.

PLANTIN, Christian. *L'argumentation*. Paris: Seuil, 1996.

PLATÃO. *Diálogos*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; traduções e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VARGA, A Kibédi. Scènes et Lieux de la Tragédie. *Langue Française*. 79. Paris: Larrousse, 1998.